

RACIAL IDENTITIES, GENETICS ANCESTRY, AND HEALTH IN SOUTH AMERICA: ARGENTINA, BRAZIL, COLOMBIA, AND URUGUAY. Gibbon S, Santos RV, Sans M, editors. New York: Palgrave Macmillan; 2011. 256p.

ISBN: 978-0-230-11061-8

Pelo menos desde o início dos anos 1990, em particular a partir do sequenciamento do genoma humano no início do século XXI, as pesquisas sobre genética humana têm ocupado um espaço destacado na comunidade científica, na mídia e em organizações sociais de diferentes países, quase sempre associadas a discussões polêmicas sobre reprodução humana, raça, saúde, ciência e ética. Na verdade, a própria formação do campo da genética humana, cuja história remete às primeiras décadas do século XX, é atravessada por esses temas: pela relação entre natureza, sociedade e política. Atualmente, estimuladas pelo impacto produzido com a revolução do DNA, as novas tecnologias genômicas têm penetrado intensamente na vida social, reconfigurando o entendimento que se tinha sobre a natureza humana, o conceito de raça e de ancestralidade racial, a construção de identidades sociais, a ocorrência de doenças e suas formas de tratamento, bem como a produção e o uso de novos medicamentos.

Uma análise mais aprofundada sobre esse debate pode ser encontrada na excelente e oportuna publicação de *Racial Identities, Genetics Ancestry, and Health in South America: Argentina, Brazil, Colombia, and Uruguay*, organizada pela antropóloga inglesa Sahra Gibbon, pelo antropólogo brasileiro Ricardo Ventura Santos e pela antropóloga e geneticista uruguaia Mónica Sans. Lançado em 2011, o livro é o resultado de um seminário interdisciplinar realizado dois anos antes na University College London (UCL), na Inglaterra, com o apoio da Wenner Gren Foundation. O evento reuniu pesquisadores de diferentes países da América do Sul, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, tendo como objetivo principal debater as implicações sociais e culturais que as novas pesquisas sobre genética de populações representam para o campo da saúde e para as discussões sobre ancestralidade e identidades étnico-raciais.

Com o foco voltado para a América do Sul, o livro deve ser lido como um esforço interdisciplinar, envolvendo antropólogos, historiadores, médicos e geneticistas, para compreender o significado dos estudos sobre “mistura genética” realizados em países como Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai. De acordo com os organizadores, uma visão a partir da América do Sul contribuiria para entender melhor as contingências envolvidas na produção e aplicação das novas tecnologias biológicas em áreas do mundo distantes dos Estados Unidos e da Europa, tendo em vista as especificidades raciais e os diferentes contextos nacionais da região. Conforme é destacado na introdução da obra, a América do Sul fornece um cenário singular para examinar as pesquisas sobre genética de populações, seja pela questão da chamada “miscigenação racial”, pela presença variada de doenças ou pelas diferentes condições do meio. Nesse sentido, a região não apenas apresentaria um significado importante para o estudo sobre

a heterogeneidade genética e a questão da identidade racial, como também para o mapeamento e identificação da suscetibilidade gênica a determinadas doenças, o desenvolvimento de farmacogenéticos e a melhor compreensão sobre a interação entre a contribuição biológica e do meio para a ocorrência de doenças e a respostas a certos medicamentos.

Além do prefácio preparado por Michel Montoya e Rayna Rapp, e da esclarecedora introdução escrita pelos organizadores, o livro está dividido em três seções temáticas, tendo sempre como perspectiva a aproximação entre as ciências sociais e as biomédicas. A primeira seção, intitulada *Interdisciplinary Research and the Paradox of Racial Identity*, traz como artigo de abertura o instigante trabalho de Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio sobre a relação entre a antropologia, raça e os dilemas da identidade na era genômica. Atentos às polêmicas travadas após a publicação de um conjunto de estudos sobre o “retrato molecular” da população brasileira, os autores chamam a atenção para as diferentes apropriações sociais e a força política que esse debate apresenta, sobretudo no que diz respeito ao tema das identidades raciais, tanto em contexto nacional quanto internacional. Pela abordagem temática e a natureza de suas análises, o texto de Santos e Maio pode ser lido como um parâmetro analítico para o restante do livro. O segundo capítulo dessa seção, de autoria do antropólogo colombiano Carlos Andrés Barragán, analisa o embate político travado na Colômbia, a partir dos anos 1990, acerca da relação entre as pesquisas sobre genômica humana, as questões da identidade étnico-racial e de saúde pública, e os limites de ordem ética. Assim como Santos e Maio, Barragán também destaca os significados políticos que envolvem a genética humana e as biotecnologias, contexto no qual estão inseridos cientistas, movimentos sociais indígenas, instâncias governamentais e representantes de setores da indústria de biotecnologias.

No último capítulo da seção, os geneticistas brasileiros Telma Birchal e Sérgio Penna analisam o que as pesquisas sobre genéticas de populações podem dizer sobre o conceito e a classificação biológica de raça. Remetendo a debates na área da filosofia da ciência, os autores procuram demonstrar que, do ponto de vista da genômica, o conceito de raça ou de populações é um equívoco, e que uma “postura mais desejável e coerente” seria destacar a singularidade genética de cada indivíduo. Essa postura se apoia no resultado de uma série de pesquisas que vêm demonstrando que mais de 90% da diversidade genética humana podem ocorrer no interior de uma mesma população, o que implicaria abandonar conceitos fechados como o de raça e cor.

A segunda seção do livro trata da relação entre os estudos de genética e os cuidados de saúde na região, voltando-se mais especificamente para o tema da “mistura genética”. O artigo do geneticista Bernardo Bertoni abre a seção destacando como os estudos do chamado “admixture mapping” podem ser utilizados como ferramentas importantes ao entendimento de doenças complexas, como o diabetes mellitus do tipo 2. De acordo com esses estudos, populações mais “miscigenadas” permitem observar o modo como a

variação genética influencia a distribuição de determinadas doenças, bem como entender o funcionamento metabólico, fisiológico, clínico e epidemiológico. O capítulo seguinte, de Guilherme Suarez-Kurtz, faz uma descrição geral dos estudos sobre farmacogenéticos na população brasileira, destacando o risco que pode haver para a saúde pública o uso de medicamentos que não atentem para as especificidades genéticas de cada população. O autor traz uma reflexão importante na interface entre genética de populações, medicamentos e políticas públicas em saúde. Seguindo a perspectiva de Bernardo Bertoni, o médico e geneticista J. C. Flores e colaboradores procuram demonstrar por que a incidência do diabetes do tipo 2 é maior em populações não europeias, especialmente em nativos e mestiços das Américas Central e do Sul. Apesar de corroborarem com os estudos que enfatizam a ancestralidade genética como um fator explicativo, os autores não deixam de apontar o *status* socioeconômico como outro aspecto relevante para a maior ocorrência de doenças em populações não europeias.

O antropólogo Peter Fry encerra a segunda seção com uma interessante análise das políticas de saúde pública lançadas no Brasil para o tratamento da anemia falciforme, uma das primeiras doenças associada à condição racial ou genética. A exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, Peter Fry destaca que as iniciativas do governo brasileiro, ao menos no que tange a anemia falciforme, estão abertamente ligadas ao ativismo negro, reforçando a representação da doença como algo racial. O corolário necessário dessa política, conclui o autor, é a construção de uma sociedade que começa a caminhar em direção à racialização, abandonando a ideia de um país fundado por uma ampla miscigenação racial.

A terceira e última seção trata dos estudos de genética humana e sua relação com as discussões sobre a formação das nacionalidades e das identidades raciais. No capítulo de abertura da seção, o antropólogo e geneticista Francisco Carnese e sua equipe procuram demonstrar que o baixo grau de “miscigenação racial” detectado entre a população de origem europeia e os nativos pertencentes à Região Metropolitana de Buenos Aires pode ser atribuído à alta endogamia entre as populações fundadoras. Os autores destacam que a presença de “mestiços” nessa região pode ser explicada pela migração de populações miscigenadas originalmente em outras províncias do país, ou mesmo pela miscigenação praticada ainda no período colonial. As novas tecnologias genéticas também são acionadas no artigo da bióloga e antropóloga Mônica Sans para analisar a formação da identidade nacional no Uruguai, país que somente nas últimas décadas tem reconhecido as presenças indígena e africana em sua formação étnica e cultural. Fechando essa seção, Vitor Penchaszadeh comenta o uso da genética forense para “revelar” a identidade biológica de crianças cujos pais desapareceram ou foram assassinados durante a violenta ditadura militar na Argentina, entre 1976 e 1983.

Pela centralidade que essas discussões cada vez mais ocupam na arena pública, *Racial Identities, Genetics Ancestry, and Health in South America: Argentina, Brazil, Colombia, and Uruguay*, surge como uma refe-

rência obrigatória para os interessados no debate sobre ciência, raça, saúde e sociedade, seja do campo das ciências sociais ou das ciências biomédicas. Por último, deve-se ressaltar que além da atualidade temática e de um bem-sucedido trabalho interdisciplinar, o livro destaca-se por ser uma das primeiras obras a analisar em profundidade o contexto e as implicações socioculturais e políticas das pesquisas contemporâneas sobre genética de populações na América do Sul.

Vanderlei Sebastião de Souza
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca,
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.